



# Prefeitura Municipal de Sarapuí

Estado de São Paulo

Paço Municipal Prefeito Argemiro Holtz

**DECRETO N. 1860, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.**

***"Estabelece procedimentos a serem seguidos pelo Poder Executivo em gastos com pessoal, face a extrapolação do Limite Prudencial previsto no art. 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, "Lei de Responsabilidade Fiscal"***

WELLIGTON MACHADO DE MORAES, Prefeito Municipal de Sarapuí – Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 169 da Constituição Federal que determina que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em Lei complementar;

**CONSIDERANDO** que a Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece como limite prudencial de gastos com pessoal o índice de 51,3% da Receita Corrente Líquida;

**CONSIDERANDO** a necessidade de adoção de medidas administrativas imediatas, para redução de despesa com pessoal, que é dever do administrador defender e zelar pelo bom e regular funcionamento dos bens e serviços em prol da coletividade;

**CONSIDERANDO**, por fim, a tentativa do administrador em adotar medidas menos gravosas e onerosas aos servidores;

## **DECRETA:**

**Art. 1º** Ficam suspensas a contratação e a realização de horas-extras ou a ampliação de jornada trabalho, a qualquer título, ficando vedadas, enquanto perdurar a extrapolação do limite de gastos com pessoal, dentre outras, as seguintes práticas:

I – Nomeação de novos servidores públicos, ainda que relativos aos concursos públicos já realizados ou a realizar, ainda que dentro das vagas previstas no edital;

II - nomeações e designações para cargos comissionados, funções gratificadas e empregos de confiança, vagos ou indisponíveis;



# Prefeitura Municipal de Sarapuí

Estado de São Paulo

Paço Municipal Prefeito Argemiro Holtz

III - cessões de pessoal que acarretem aumento de despesa para o Município.

§ 1º Excetuam-se do disposto nos incisos I e II deste artigo a reposição de cargo, emprego ou função, decorrentes de aposentadorias e falecimentos ocorridos nas áreas de Saúde, Educação e Segurança.

§ 2º Toda hora extra executada mediante prévia solicitação à Diretoria de Administração e Recursos Humanos, enquanto perdurar a extrapolação do limite prudencial, somente será paga, se demonstrada efetivamente pelo superior hierárquico que a solicitou, a sua real necessidade, e a impossibilidade de compensação imediata.

§ 3º Ficam permitidas:

I - reposições de exonerações de cargos em comissão ou de dispensas de empregos de confiança e funções gratificadas, desde que justificadas em processo administrativo e quando não acarretem aumento de despesa;

II - cessões de pessoal que não acarretem aumento de despesa para o Município, após parecer da Diretoria de Negócios Jurídicos.

**Art. 3º** Fica facultado aos servidores públicos municipais, a quem interessar, requerer a redução de sua carga horária em até 25% (vinte e cinco por cento), reduzindo-se proporcionalmente os seus vencimentos.

**Parágrafo único** – Excluem-se da redução de carga horária prevista, os professores e médicos, efetivos, eis que seguem regras próprias quanto a jornada de trabalho.

**Art. 4º** Para ser possível a redução de carga horária prevista no art. 3º, o Servidor deverá requerer ao seu Superior Hierárquico, que encaminhará o pedido à Diretoria de Administração e Recursos Humanos, que considerando o interesse público e a vontade do servidor, poderá deferir ou não seu pedido, sempre de forma fundamentada.

§ 1º Após deferido ou não pela Diretoria de Administração e Recursos Humanos, o referido pedido deve ser encaminhado para posterior homologação pelo Prefeito Municipal.

§ 2º Em qualquer hipótese deve-se considerar a carga horária exercida, bem como a necessidade de servidores no setor a que se vincula o requerente e especificidades do cargo, cuidando sempre para que não haja prejuízo na prestação do serviço público.

**Art. 5º** Não será permitido o pagamento de horas extras aos servidores que tiverem seu pedido de redução temporária de carga horária deferida, em nenhuma hipótese.





# Prefeitura Municipal de Sarapuí

Estado de São Paulo

Paço Municipal Prefeito Argemiro Holtz

**Art. 6º** O servidor que tiver interesse de retornar a sua carga horária original, antes do término da situação que ensejou a expedição desse Decreto, deverá assim requerer à Diretoria de Administração e Recursos Humanos.

**Art. 7º** Este decreto entrará em vigência na data de sua publicação, permanecendo em vigor até que cessem os efeitos que o motivaram.

**Prefeitura Municipal de Sarapuí, 21 de fevereiro de 2018**

**WELLIGTON MACHADO DE MORAES**  
**Prefeito Municipal de Sarapuí**

Welligton Machado de Moraes  
Prefeito Municipal de Sarapuí  
RG 10.705.997-8